



**MÍDIA, MODA, MEDIANA OU MUDANÇA?
MEDIA, MODE, MEDIAN OR MODIFICATION?**

Yuri Moura Moysés¹

RESUMO: Alicerçado em Machado de Assis, Osman Lins e Clarice Lispector, o estudo visa a discutir como a força transformadora da literatura é mitigada em uma democracia apossada pelo fetichismo midiático que transborda para escolas e universidades. Opor-se-á a essa deformação o entendimento da literatura enquanto contradiscurso problematizador das informações descontextualizadas dirigidas aos jovens.

Palavras-chaves: Informação; Machado de Assis; Educação

ABSTRACT: Inspired by Machado de Assis, Osman Lins, and Clarice Lispector, this study discusses how the transformational power of literature is mitigated by a democracy preyed upon by media fetishism that spills over into schools and universities. This distortion is opposed by the understanding of literature as a counter narrative to challenge the out-of-context information directed at young people.

Keywords: Information; *Machado de Assis*; Education

Há algum tempo se diz, dentro e fora das universidades, que a literatura não serve para nada. Para alguns leigos, ela é pura “fantasia” rigidamente contraposta ao dito real; para certos especialistas, tem valor em si e para si, sendo intransitivamente perfeita e indiferente à banalidade exterior. De qualquer forma, a inessencialidade da literatura na vida moderna é acentuada sem a devida dialética.

Uma nota histórica se faz necessária aqui: a celebração da literatura como **inutensílio** é relativamente recente. Auerbach (2011, p. 449), ao comentar uma provocação pueril dos irmãos Goncourt aos leitores, afirma: “Nos séculos em que o escritor dependia de um mecenas principesco ou de uma minoria aristocrática fechada, um tom semelhante teria sido totalmente impossível”. A ascensão do indivíduo, a queda do clero e da nobreza, o maior domínio sobre o mundo natural e a crescente liberdade no plano artístico não são fenômenos desconexos. A

¹ Discente do Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade de Brasília (PósLIT/UnB).
E-mail: yurimoyses@hotmail.com



relação entre modernidade e a emancipação do artista surge mesmo em um enfoque estruturalista: As criações personalíssimas de um Hoffmann, defende Roman Jakobson (2015, p. 39), opõem-se aos contos da tradição oral russa, marcada pela censura comunal. O *Homem de Areia*, saindo do boca a boca e entrando no papel, é particularizado, ganha novos contornos, reflete uma outra forma de pensar e exige uma recepção diferente.

Destarte, só a partir das sociedades modernas a literatura se consolida como discurso não pragmático. Contudo, a mão que afaga, conforme o poeta soturno, é a mesma que apedreja. A rejeição do não pragmático também é moderna, afinal doravante tempo é dinheiro e não há almoço grátis. Ao mesmo tempo que se liberta das pressões religiosas, a literatura precisa aprender a lidar com um filisteísmo crescente.

A racionalidade burguesa, então, permite novas possibilidades e coloca novos problemas. Para se discutir literatura, passa a ser necessário ativar a *suspension of disbelief*. Curiosamente, tal conceito não é aplicado à leitura de diversos discursos oficiais, às vezes muito mais fabulosos que alguns romances. A literatura é coagida a se colocar à parte, admitir sua inveracidade; a imprensa e a ciência, em contrapartida, podem se proclamar puramente factuais.

Concorda implicitamente com essa divisão a asserção antidialética de que a literatura não serve para nada. O que tem valor, de acordo com essa forma de pensar, é a informação. Tal percepção é tão dominante que invade quase todo texto acadêmico atualmente produzido no Brasil. Mesmo negando o positivismo, o cartesianismo e própria ideia verdade, a maioria dos textos, se aspira à publicação, deverá indicar, em cada citação direta, pelo menos duas informações: a página de onde foi retirada e a data de publicação do texto citado. Independentemente de quão iconoclasta, vanguardista ou borgeano se julgue o acadêmico, ele precisará colocar nas referências bibliográficas uma série de informações que foram consideradas, durante séculos, desnecessárias. Grande ironia: intelectuais de períodos precedentes, cujos momentos históricos abrigavam um conceito de verdade mais estável que o nosso, não eram tão acoitados pela santa Informação.

Marx (2007, p. 33), analisando as crises do capital, assevera que a superprodução de mercadorias seria um contrassenso para épocas anteriores. O mesmo se dá com a informação em nossos dias. Outrora, era necessário esperar meses para receber notícias de uma região distante e os relatos eram escassos. Hoje, há superabundância de dados disponíveis e uma capacidade cada vez menor de analisá-los.



Tal problema foi trabalhado por Osman Lins e Clarice Lispector já na década de setenta. Maria de França conta em tom radiofônico: “Vamos dar a hora certa: são vinte e duas horas e trinta e um minutos na capital do Nordeste. Neste momento exato deixo de ser virgem” (LINS, 2005, p. 92). A hora “certa”, a hora da cidade que a despreza, passa a quantificar a vivência da personagem. O narrador de *A Rainha dos Cárceres da Grécia* também é contaminado por esse processo e, para comentar a morte da mulher que amou, escreve:

Não, Petrarca, teu soneto não é duro o bastante para celebrar o aniversário, o segundo, da iníqua morte de Júlia, esmagada, cinco meses depois de dar por terminada a sua obra, sob um caminhão GM de cor verde, chassi de oitocentos e oitenta e dois milímetros, eixo dianteiro tipo viga 1 (capacidade de três mil, setecentos e cinquenta quilos), eixo traseiro flutuante dupla redução (capacidade nove mil e trezentos quilos) (LINS, 2005, p. 133).

Eis uma terrível redução ao absurdo da ideia segundo a qual a informação é uma forma superior de conhecimento. Nesse contexto, sua objetividade hipertrofiada aparece como verborragia semanticamente nula, um manancial desumanizador de irrelevâncias. As características técnicas de um automóvel, alçadas ironicamente ao primeiro plano, não esclarecem nada sobre quem foi Julia ou sobre significado dela para o narrador. A informação se interpõe entre eles, funcionando também como um muro que os separa do leitor. O excesso informativo, ao invés de ensinar a compreensão, aprofunda a ignorância.

Uma situação semelhante é vivida por Macabéa. Tentado se comunicar com Olímpico, ela diz: “Olhe, o imperador Carlos Magno era chamado na terra dele de Carolus! E você sabia que a mosca voa tão depressa que se voasse em linha reta ela ia passar pelo mundo todo em 28 dias?” (LISPECTOR, 1998, p. 56). Essas curiosidades colhidas no rádio nada acrescentam à vida de Macabéa: não trazem reflexões sobre sua condição social e histórica, não iluminam nenhum aspecto do seu cotidiano, não a ajudam a entender-se ou a entender os que estão à sua volta. É uma situação tragicômica:

Você sabia que na Rádio Relógio disseram que um homem escreveu um livro chamado *Alice no País das Maravilhas* e que era também um matemático? Falaram também em “álgebra”. O que é que quer dizer “álgebra”? — Saber disso é coisa de fresco, de homem que vira mulher. Desculpe a palavra de eu ter dito fresco porque isso é palavrão para moça direita. — Nessa rádio eles dizem essa coisa de “cultura” e palavras difíceis, por exemplo, o que quer dizer “eletrônico”? Silêncio. — Eu sei mas não quero dizer. — Eu gosto tanto de ouvir os pingos de minutos do tempo assim: tic-tac-tic-tac-tic-tac. A Rádio



Relógio diz que dá a hora certa, cultura e anúncios. Que quer dizer cultura? — Cultura é cultura, continuou ele emburrado. Você também vive me encostando na parede. — É que muita coisa eu não entendo bem. O que quer dizer “renda per capta”? — Ora, é fácil, é coisa de médico. (LISPECTOR, 1998, p. 50)

Como no caso de Maria de França, a *hora certa* marca, paradoxalmente, um imenso atraso: a vida de pessoas segregadas, que só recebem os restos do que é produzido nas cidades brasileiras. Isso continua ocorrendo hoje com muitos jovens. Em virtude de uma educação precária, a tecnologia — outrora o rádio de Maria de França e Macabéa, hoje a internet — deixa de ter um potencial libertador, tornando-se vacuidade eletrônica. Cômico desse desastre, Darcy Ribeiro, em 1995, enunciou sobre a televisão:

As instituições tradicionais estão perdendo todo o seu poder de controle e dominação. A escola não ensina, a igreja não catequiza, os partidos não politizam. O que opera é um monstruoso sistema de comunicação de massa fazendo a cabeça das pessoas. Impondo-lhes padrões de consumo inatingíveis, desejabilidades inalcançáveis, aprofundando mais a marginalidade dessas populações e seu pendor à violência. Algo tem que ver a violência desencadeada nas ruas com o abandono dessa população entregue ao bombardeio de um rádio e de uma televisão social e moralmente irresponsáveis, para as quais é bom o que mais vende, refrigerantes ou sabonetes, sem se preocupar com o desarranjo mental e moral que provocam (RIBEIRO, 2007, p. 190).

É sabido que pouquíssimas famílias controlam a televisão brasileira. Muitos partidos, de direita e de esquerda, diversas escolas e diferentes religiões não só concordam tacitamente com esse *monstruoso sistema de comunicação*, mas também o alimentam. Brigam avidamente por cada segundo nas telas de onde sai a alienação mais sórdida. É raríssimo ver qualquer discussão séria sobre os monopólios midiáticos no Brasil.

A internet surgiu então como uma celebrada alternativa à mídia tradicional. O fato de Jair Bolsonaro ser o político campeão de curtidas revela uma fissura nesse projeto. São frequentes, nas redes sociais, apologias do racismo, da homofobia, do fascismo etc. Como no rádio de Maria de França e Macabéa, a tecnologia chegou isolada, não foi ladeada por um projeto educacional. O resultado é óbvio: repete-se nas redes sociais o que se ouve na mídia convencional. Só há, portanto, uma mudança de plataforma — o discurso unívoco, alienado e alienante é o mesmo.



A tecnologia, por si só, não gera pluralidade, pensamento crítico ou conhecimento. Por isso, é leviano festejar sem ressalvas o aparecimento de celulares, televisões e computadores em mais lares e mais escolas. Afirma-se que a internet possui milhares de livros, filmes, músicas e pinturas disponíveis aos jovens. A ingenuidade desse raciocínio é aterradora. Se uma obra precisa de um leitor capacitado para ser entendida e objeto de fruição, então não há qualquer motivo para acreditar que o imenso acervo digital é *realmente* acessível a jovens parcamente instruídos. A voluptuosa polifonia da internet é filtrada negativamente pelas severas limitações de muitos jovens brasileiros, transformando-se em uma monofonia aberrante. O vasto domínio público, abrigador de clássicos em várias línguas, choca-se com sujeitos alimentados com os clichês de nossa indústria cultural, com as simplificações das propagandas e com o discurso televisivo que sempre apostou na incapacidade do espectador. E esse nivelamento por baixo ainda é vendido como “democratizador”: recentemente, um projeto almejou “facilitar” obras machadianas para os jovens. A idealizadora da iniciativa diz entender “por que os jovens não gostam de Machado de Assis. Os livros dele têm cinco ou seis palavras que não entendem por frase. As construções são muito longas. Eu simplifico isso” (SECCO, 2014).

Ora, para usar uma expressão de Brás Cubas, isso é roer o roído. Machado já foi e ainda é muito simplificado: discute-se inocuamente por várias aulas se Capitu traiu ou não Bentinho, como se isso fosse o principal. Dom Casmurro, obra riquíssima, universal, transmuda-se em um folhetim de segunda. Muitos conceitos hoje celebrados e tidos como ultracontemporâneos, como *mansplaning* ou lugar de fala, são, na verdade, notas de rodapé para a obra de Machado. E todo esse potencial é reduzido a uma fofoca sobre traição. Mas essa subtração ainda não é o suficiente. É preciso simplificar a obra machadiana também no léxico e na sintaxe, desfigurá-la formalmente, impedir o acesso à diacronia. Não à toa, uma etimologia falsa, segundo a qual *aluno* significa “sem luz”, é bastante difundida: os estudantes, afinal, são tratados como imbecis.

Para Maiakovski² e Julio Cortazár³ o raciocínio seria outro. A arte não deveria, na perspectiva deles, rebaixar-se; a população é que deveria ser educada. Porém, isso envolve grandes investimentos, notáveis esforços e uma ampla luta pela redução das desigualdades

² “Logo:/ que se eleve/ a cultura ao povo!/ Uma só,/ para todos./ O livro bom/ é claro/ e necessário/ a mim,/ a vocês,/ ao camponês/ e ao operário” (MAIAKOVSKI, 2013, p. 126).

³ “Não se faz favor algum ao povo se se lhe propõe uma literatura que ele possa assimilar sem esforço, passivamente, como quem vai ao cinema ver fitas de *cowboys*. O que é preciso fazer é educá-lo, e isso é numa primeira etapa tarefa pedagógica e não literária” (CORTAZÁR, 1993, p. 163).



sociais. O mais fácil é declarar que as novas gerações não querem ler, oferecer-lhes simplificações horrendas e deixá-las sem nenhum filtro crítico diante das algaravias digitais que, como já foi dito, tendem ao psitacismo. Diante desse quadro desanimador, algumas questões afloram: Como ultrapassar o falso dilema que opõe inelutavelmente internet a leitura? É possível pensar em um futuro no qual as potencialidades do meio virtual sejam inteligentemente aproveitadas?

Creio que é impossível responder estas indagações sem a realização de uma autocrítica. As instituições educacionais, do primário à universidade, não são imunes à reificação que permeia toda a nossa sociedade. Sucesso ou fracasso são medidos por índices: quantos aprovados no vestibular, quantos artigos publicados. Se pensarmos no conto *O Espelho*, basta trocar a farda pelo currículo para alcançar a perfeita imagem do acadêmico ideal. A transformação do ser humano em número acarreta sérias consequências: ansiedade, síndrome de Burnout, depressão, suicídio. Os defensores da lógica do *publish or perish* cinicamente afirmam que esse é o preço do progresso. Randy Schekman (2013), prêmio nobel de fisiologia, discorda: em um artigo publicado no jornal *The Guardian*, ele defende que revistas como *Nature* e *Science* adotam uma estratégia mercantilista prejudicial à ciência e à sociedade. Tais revistas valorizam, segundo ele, muito mais a repercussão de um artigo do que a sua qualidade, e, em alguns casos, até aceitam e espalham trabalhos fraudulentos.

No Brasil, monografias compradas, vários casos do plágio e currículos falsamente inflados atestam a miudeza epistemológica do nosso *Zeitgeist* acadêmico. No livro *Como Vejo O Mundo*, Einstein (2015, p. 23) comenta esse tipo muito peculiar de “cientificidade”:

Os excessos do sistema de competição e de especialização prematura, sob o falacioso pretexto de eficácia, assassinam o espírito, impossibilitam qualquer vida cultural e chegam a suprimir os progressos nas ciências do futuro. [...] Ora, a sobrecarga do espírito pelo sistema do notas entrava e necessariamente transforma a pesquisa em superficialidade e falta de cultura.

Vivemos, portanto, tiranizados por uma pseudo-produtividade que publica muito e reflete pouco. O custo humano é alto, o ganho epistêmico é baixo. Nesse contexto, o acadêmico é incentivado a servir às plataformas virtuais, não à comunidade real que o cerca. Trabalha-se, dessa forma, contra a literatura: em de vez levar descobertas e indagações às escolas públicas a fim de multiplicar os leitores, o acadêmico produz para revistas especializadas escassamente lidas. Mesmo se os artigos produzidos em ritmo industrial chegarem às salas de aula, fá-lo-ão



com as marcas do fetichismo, ou seja, serão muito mais informação do que conhecimento, porquanto são conclusões apressadas.

Assim, os alunos, que já estão atolados de dados e não possuem treinamento adequado para examiná-los, receberão mais informações. A tarefa de um professor de literatura não é simplesmente expor as teorias mais recentes ou difundidas; é preciso que ele leia com seus alunos, isto é, disponha-se a construir coletivamente o sentido das obras. Isso implica renunciar a qualquer resposta pronta, atitude difícil para quem está acostumado a produzi-las aos montes com o intuito de hipertrofiar o status acadêmico. Entretanto, sem essa postura corajosa talvez seja impossível superar a tirania da informação alienante.

Ler literariamente é um ato primordialmente anti-informativo. A literatura gera, evidentemente, uma série de conhecimentos colaterais sobre história, geografia, política etc. Não obstante, em primeiro lugar, qualquer texto literário rejeita a verificabilidade imediata que caracteriza a informação. Toda grande obra rechaça a paráfrase: qualquer resumo, por mais exato que seja, é pálido diante uma romance bem acabado. A informação é acessível por diferentes meios, pode ser enunciada de variadas formas. Uma narrativa literária, em contrapartida, exige um leitor atento do *incipit* até a última letra. Não há ironia maior que a de Bento Santiago quando pede a “cara leitora” que pule algumas páginas.

Quando um aluno se importa muito em decorar teorias — não importa se são as do biografismo bolorento ou as mais novas e academicamente difundidas — sua educação falhou. O texto, nesse caso, tornou-se expletivo, a teoria tomou seu lugar. O intelecto se acomodou com respostas dadas, a obra perde toda sua maleabilidade e é parafusada junto com o não leitor na parede da inépcia. A teoria e o texto devem coabitar, este pode corroborar ou refutar aquela, mas o enquadramento teórico nunca pode prescindir da leitura. Em nossos tempos, ensinar literatura é, antes de mais nada, estimular uma fecunda leitura anti-informativa.

Isso não significa virar as costas para o mundo. Na verdade, é o exercício de lê-lo sem gabarito. Cotidianamente, é a praticidade que seleciona as leituras: quem não entende uma placa pode ser atropelado ou atacado por cães; quem não entende um ofício pode ser demitido; quem não entende uma carta pode ter prejuízos financeiros ou emocionais, e assim por diante. Quem não entende um poema encontrou um caminho prolífico. Precisaré relê-lo várias vezes e meditar profundamente sobre suas nuances. Com isso, quebra-se a fugacidade típica de nossa era: o momento deixa de ser uma informação atrás da outra, um produto descartado após o outro, uma atitude irrefletida depois da outra. As palavras duram, desafiam-nos, insinuam mil faces



secretas sob a face neutra, como já disse o poeta de Itabira. Nesse sentido, Valéry (2011, p. 221) diferencia a linguagem comum da linguagem poética:

Linguagem útil: a linguagem que acabou de me servir para exprimir meu propósito, meu desejo, meu comando, minha opinião, e essa linguagem que preencheu sua função desvanece-se assim que chega. Emiti-a para que percesse, para que se transformasse radicalmente em outra coisa nos seus espíritos; e saberei que fui compreendido através dessa fato extraordinário, o de que meu discurso não existe mais: está inteiramente substituído por seu *sentido* [...] o poema, ao contrário, não morre por ter vivido: ele é feito expressamente para renascer de suas cinzas e vir a ser indefinidamente o que acabou de ser. A poesia reconhece-se por esta propriedade: ela tende a se fazer reproduzir em sua forma, ela nos excita a reconstituí-la identicamente.

Por isso, Octavio Paz (1972, p. 110) explica que *“hay muchas maneras de decir algo em prosa, solamente una en poesia”*⁴. É preciso um treinamento específico para realmente entender isso, afinal é uma proposição insólita para quem está acostumado a pensar só a partir da linguagem comum. Com a globalização, uma informação pode atravessar continentes e oceanos sem problemas. Talvez por isso alguns alunos pensem que as línguas são transparentes umas para as outras: o que acontece do outro lado do mundo chega rapidamente até nós por meio de traduções simultâneas e imagens ao vivo. Já no caso do poema, a tradução é amiúde penosa, às vezes impossível, e as imagens não são sempre clarividentes. Novamente, há um choque entre a informação e a literatura: aquela almeja a uniformidade, esta persegue a diferença. Pragmática, a informação demanda entendimento imediato, exige que as variadas culturas se adaptem aos seus comandos; a poesia, por outro lado, é mais livre e reflete a unicidade de cada cultura, a singularidade de cada vida. Por isso, é absurdo querer planificar textos literários. Manoel de Barros (2010, p.404), convicto defensor das rugosidades verbais, explica didaticamente: “Passarinho parou de cantar. Essa é apenas uma informação. Passarinho desapareceu de cantar. Esse é um verso de J. G. Rosa”.

Em toda escrita e leitura de poesia há uma recusa. Rejeita-se a automatismo do cotidiano. Por que a palavra não pode ser também música e imagem? Por que não pode se esquivar da decodificação à queima-roupa e sonhar com uma compreensão de outra ordem? A poesia, por sua própria natureza, é refratária a qualquer tipo de materialismo grosseiro. Em um tempo em que tudo, desde os objetos até o pensamento e as relações humanas, deve ser reduzido

⁴ Há muitas maneiras de dizer algo em prosa, somente uma em poesia.



ao útil, a leitura de poesia, não a memorização de regrinhas, é em si um ato de inconformismo. Espantar-se diante de uma palavra é encarar o mundo como possibilidade, não como fatalismo.

Infelizmente, muitas vezes o ensino de literatura segue no caminho contrário. Uma atividade simples demonstra isso: peçamos a um grupo de jovens que leia o capítulo “Delírio” de Memórias Póstumas de Brás Cubas e o definam em uma palavra. Dificilmente, alguém dirá “realismo”. Tal conceito é lançado sem problematizações, como se “realismo” não fosse um termo polissêmico, cuja definição varia imensamente em diferentes autores e tradições. Os alunos então simplesmente decoram que Machado de Assis é realista, mas no fundo não entendem o que isso pode ou não significar. A leitura coletiva do texto obrigaria o professor a lidar com as sinuosidades machadianas e muitas dúvidas surgiriam. Colocar um carimbo em um autor ou em um conjunto de autores é muito mais cômodo. Assim, toda labilidade semântica dos textos literários degenera-se em informação a ser colocada na prova. Esse problema, que não se restringe apenas ao ensino de literatura, é comentado por José Pacheco (2016, p. 8-9), fundador da escola da ponte:

O problema é que ao fim de algum tempo, deixam de fazer perguntas. Há um estudo que diz que por volta dos 5, 6 anos, cerca de 90% fazem perguntas de modo espontâneo. No fim do ensino fundamental, menos de 10% fazem perguntas. No ensino médio, menos de 1%. O modelo tradicional acaba com a pergunta. Porque o professor entra na sala e dá respostas para perguntas que nunca escutou.

O aluno não é tábula rasa: ao ler um texto, analisa seu significado a partir de suas vivências. Múltiplas e dinâmicas, elas permitem diferentes sendas interpretativas, que frequentemente não se manifestam devido à atitude do professor de colocar a resposta antes da pergunta, o rótulo acima do texto. O menino mais velho, em Vidas Secas, encanta-se com a palavra “inferno” e “não acreditava que um nome tão bonito servisse para designar coisa ruim” (RAMOS, 2002, p. 60). Analogamente, a palavra “realismo” deveria causar profunda inquietação no professor e nos alunos, afinal é impossível discutir tal nomenclatura sem perguntar o que é o real e o não real. Este lexema a que se acrescenta “ismo” não aceita definição simples: físicos, filósofos, historiadores debatem, século após século, a questão. Trata-se de uma indagação humana universal, que decerto já rondou as mentes dos estudantes e influenciou suas experiências. Há, portanto, material suficiente para uma discussão acalorada sobre o tema: o que os alunos entendem por realidade? Como chegaram a esse entendimento? Se o professor



ignorá-lo e simplesmente martelar conceitos exógenos a leitura será significativa para o estudante?

Imagine-se que um professor diga que Aristóteles pensou bastante sobre a felicidade humana. Sem uma correta e nada fácil contextualização, a maioria dos alunos concluirá que Aristóteles pensou sobre como conseguir comprar o carro do ano, a roupa da moda etc. Da mesma forma que as potencialidades da internet não são criativamente aproveitadas em virtude de nossas mazelas sociais, os debates universais sobre mimesis, figuração, arte e mundo muitas vezes dizem pouco aos nossos estudantes porque foi-lhes imposta uma filtragem cultural negativa. Realidade, para muitos, resume-se aos truísmos dos meios de comunicação e ao fatalismo de comunidades desestruturadas. Realismo, por conseguinte, só pode ser, nessa conjuntura, o que está de acordo com essas percepções deterministas. Todo o resto parece bobagem, imaginação tola, suposição sem sentido. Os debates sobre as diferentes formas de ser realista, incorporando ou não o fantástico, a partir de uma maneira europeia, latino-americana ou africana, deixam de ter significado. Fixa-se, de um lado, a realidade monoliticamente percebida, e, de outro, a literatura.

Há um paradoxo em toda leitura literária. Primeiramente, a literatura exige um leitor proficiente, às vezes até um polímato. Do contrário, o texto será canhestamente compreendido. Mas esse leitor a quem se exige tanto saber prévio também é confrontado com outro imperativo: o de aprender tudo novamente. Demandas antagônicas, só equacionáveis no ato da leitura, longe de soluções fechadas. A ambiguidade desse processo viceja no verso de T. S. Eliot (1943, p. 39): “*We shall not cease from exploration, and the end of all our exploring will be to arrive where we started and know the place for the first time*”⁵. O literário ricocheteia e invade o factual de variadas formas, das quais sublinho aqui apenas uma: o leitor passa a ter uma desconfiança contradiscursiva.

Um contradiscurso pressupõe, naturalmente, um discurso. Este, em nossa sociedade, é majoritariamente informativo e em geral está ancorado nos princípios de objetividade e neutralidade. Assim se legitimam as palavras do jornalista, do médico, do juiz etc. A literatura, por outro lado, assumindo-se subjetiva e pessoal, coloca um problema: no seu mundo ficcional também existem jornalistas, médicos, juízes - e a objetividade e imparcialidade deles é sempre questionável. As palavras que nos são impostas como absolutas se revelam meros reflexos da

⁵ Tradução: “Não cessaremos a exploração/ E o fim de todo o nosso explorar/ Será chegar ao ponto de onde partimos/ E conhecer o lugar pela primeira vez” (ELIOT, 1966, p. 196).



atividade humana, que é sempre histórica, inacabada e modificável. Por isso, nas melhores obras o jogo verbal não é um hedonismo ocioso, mas uma desestabilização dos dogmas contemporâneos, um olhar a partir de outro ângulo, uma reinvenção das formas de viver.

Tudo isso é cada vez mais importante em nossos dias. A informação, tal como a conhecemos, mostra-se crescentemente danosa, porquanto hoje ela não é apenas um dado solto e fragmentário, mas também um dado inverídico, como comprovam as milhares de notícias falsas que ameaçam qualquer democracia. Para medir o quão isso é desastroso, vale recordar algumas palavras de Benjamin (2012, p. 219): “é indispensável que a informação soe plausível. Nisso ela se revela incompatível com o espírito da narrativa. Se a arte da narrativa hoje é rara, a difusão da informação tem uma participação decisiva nesse declínio”. Se a substituição da arte de narrar por um dado bruto já era trágica para Benjamin, o que dizer do triunfo dos dados falsos? A informação, perdendo até a plausibilidade que deveria caracterizá-la, demonstra um amplo declínio ético e social.

Evidentemente, não é desejável voltar a um tempo em que informações eram escassas. Cabe selecioná-las e contextualizá-las. Nesse processo, a literatura, enquanto contradiscurso, é fundamental: a subjetividade que sai dela contamina outros discursos, lembra o leitor de que a palavra é sempre construída e pode ser reconstruída. Ao assumir a personalidade que outras dicções negam, a literatura rejeita a redução do mundo ao império dos índices fetichistas e nos convida a observá-los fora dela com desconfiança. Dessa forma, as estatísticas deixam de ser meros números genéricos: existem Marias de França e Macabéas dentro delas. E a ficção nos recorda de algo que esquecemos durante o nosso desenvolvimento para uma sociedade reificada: cada palavra é relevante, cada vida é insubstituível.

REFERÊNCIAS

AUERBACH, E. **Mimesis**: a representação da realidade na literatura ocidental. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BARROS, M. de. **Poesia completa**. São Paulo: Leya, 2010.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2012.

CORTAZÁR, J. **Valise de cronópio**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1993.



EINSTEIN, A. **Como vejo o mundo**. Tradução H.P. de Almeida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

ELIOT, T. S. **Four quartets**. New York : Harcourt, Brace, 1943.

_____. **Crime na catedral**: Quatro sonetos. Tradução de Oswaldino Marques. Rio de Janeiro: Editora Delta, 1966.

JAKOBSON, R. **Linguística, poética, cinema**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

LINS, O. **A rainha dos Cárceres da Grécia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

LISPECTOR, C. **A hora da estrela**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

MAIAKÓVSKI, V. **Maiakóvski**: poemas. Tradução de Boris Schnaiderman, Augusto e Haroldo de Campos. 9.ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2007.

PACHECO, J. A escola atual está fadada ao fracasso: depoimento. [20 nov. 2016]. Brasília: **Correio Braziliense**, n. 19536, p. 8/9. Entrevista concedida a Julia Chaib.

PAZ, O. **El arco y la lira**. 3.ed. México: FCE, 1972.

RAMOS, G. **Vidas secas**. 86.ed. Rio, São Paulo: Record, 2002.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SCHEKMAN, R. How journals like Nature, Cell and Science are damaging Science. In: **The Guardian**, Londres, 9 dez. 2013. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2013/dec/09/how-journals-nature-science-cell-damage-science>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

SECCO, P. Escritora muda obra de Machado de Assis para facilitar a leitura: depoimento. [4 de maio de 2014]. São Paulo: **Jornal Folha de São Paulo**. Entrevista concedida a Chico Felitti.

VÁLERY, P. **Variedades**. Tradução de Maiza Martins de Siqueira. São Paulo: Iluminuras, 2011.

Recebido em: 16 abr. 2018

Aceito em: 13 jun. 2018